

I CONGRESSO NACIONAL DE PRÁTICAS DE ENSINO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA



LEI 10.639/03 - A INSERÇÃO DA HISTÓRIA AFRICANA E AFROBRASILEIRA DO ENSINO FUNDAMENTAL NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE CORUMBÁ, MS

I Congresso Nacional de Práticas de Ensino na Educação Inclusiva, 1ª edição, de 01/08/2024 a 02/08/2024
ISBN dos Anais: 978-65-5465-106-6

ALBUQUERQUE; ROSIANE RUTH DE ALMEIDA ¹

RESUMO

Introdução

O racismo na escola é apontado pela literatura especializada como um dos grandes desafios para a construção de uma Educação de qualidade social. A Lei 10.639/03 é considerada um marco para o enfrentamento ao racismo, ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas brasileiras.

A educação antirracista enfrenta desafios e requer políticas públicas direcionadas à formação contínua dos professores, bem como esforços para descolonizar e ressignificar o currículo escolar. A formação "A cor da cultura", realizada em 2005 em Corumbá (MS), foi um marco importante para educadores, destacando a necessidade de iniciativas semelhantes em todo o setor educacional.

O presente está em consonância com as proposições de Carvalho Rocha (2021,

p. 20), que afirma ser necessário construir um diagnóstico sobre "a situação real da escola quanto ao atendimento aos propósitos colocados pela Lei 10.639/03 (e 11.645/08)" e tem o objetivo de verificar como a lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana, está sendo efetivada em escolas da rede municipal de Corumbá-MS.

A Lei 10.639/03, sancionada em 2003, possibilita um processo de reconstrução da identidade brasileira. Esta lei estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo oficial das redes pública e privada de ensino e pode contribuir para uma educação antirracista mais humanizada e democrática. Ao incorporar a cultura afro-brasileira no currículo, a lei visa romper com o silenciamento histórico e valorizar uma herança cultural rica e diversa, conforme apontam estudiosos como Silva (2016), Molefi Asante, e Diallo e Lima (2020).

A implementação desta lei enfrenta diversos desafios, especialmente relacionados à formação dos professores tanto nas redes básicas quanto nas Instituições de Ensino Superior. Diallo e Lima (2020) destacam que a execução dessa tarefa não é fácil, considerando os longos anos de uma história distorcida que desvalorizou as contribuições culturais dos povos africanos no desenvolvimento do Brasil. No entanto, a lei desempenha um instrumento crucial no combate ao racismo estrutural e institucional no ambiente escolar, promovendo uma educação que respeite e valorize a diversidade.

Este trabalho apresenta uma pesquisa realizada em escolas da Rede Municipal de Ensino de Corumbá, que entrevistou docentes de três escolas municipais, entre os anos de 2021 e 2022.

Desafios e Estratégias para a Efetivação da Lei

¹ rrosianealbuquerque@gmail.com, rrosianealbuquerque@gmail.com

As análises dos dados mostram que, embora docentes afirmem ter um conhecimento geral sobre a Lei 10.639/03, há a necessidade de formação docente para a efetivação da proposta da Lei. Os professores demonstraram interesse em abordar o tema, utilizando métodos como debates, pesquisas e músicas para promover a conscientização sobre a importância da cultura afro-brasileira. Contudo, apontaram que a formação continuada é essencial para que esses educadores possam trabalhar de forma mais eficaz e incorporar a temática antirracista em suas práticas diárias.

A pesquisa aponta ainda que a democratização e a humanização da escola dependem fundamentalmente da inclusão das africanidades e da diversidade étnico-racial no currículo escolar. Essa abordagem não apenas permite que todos os alunos se vejam representados, mas também contribui para a equidade social e o respeito mútuo. Os educadores têm a oportunidade de criar novas estratégias de ensino que promovam a tolerância e a inclusão.

Reconhecendo a colaboração dos professores que participaram da pesquisa, fica evidente a necessidade de formação continuada para que possam atuar de maneira mais eficaz. Além disso, é necessário adquirir um conhecimento teórico mais sólido para substituir abordagens esporádicas pela incorporação constante da temática antirracista no cotidiano escolar.

Considerações finais

A educação antirracista está em constante desenvolvimento, mas ainda enfrenta muitos desafios. A formação continuada dos professores desempenha um papel crucial na efetivação da Lei 10.639/03 e na promoção de uma educação que valorize a diversidade e combata o racismo estrutural. É essencial que as escolas incluam no currículo as contribuições culturais dos afro-brasileiros, promovendo uma sociedade mais justa e equitativa.

Para implementar a Lei 10.639/03 de maneira mais eficaz, os órgãos competentes devem revisar metas e paradigmas, propondo novas estratégias institucionais. A educação antirracista é uma ferramenta pedagógica vital para a construção de uma sociedade mais humanizada e democrática, nas quais todos os cidadãos tenham seus direitos garantidos. Órgãos como o Ministério da Educação (MEC), o Conselho Municipal de Educação e a Secretaria Municipal de Educação de Corumbá (SEMED) devem promover ações efetivas para implementar a Lei 10.639/03, que inclui a História da África e a Cultura Afro-Brasileira como temas obrigatórios nos currículos escolares.

A proposta da pesquisa brevemente relatada aqui foi contribuir democraticamente para a transformação da educação local, desafiando conceitos equivocados transmitidos ao longo dos anos. Apesar dos desafios, a educação antirracista avança positivamente no cenário educacional brasileiro, promovendo, conscientização e igualdade por meio do compromisso com a diversidade e o respeito.

PALAVRAS-CHAVE: Lei 10, 639/03, Racismo na escola, Práticas Pedagógicas, Educação antirracista